6. O ADVOGADO COMO PORTADOR DO AGIR QUE EMANCIPA A SOCIEDADE PÓS-PANDEMIA, REDUZINDO OS IMPACTOS AOS DESAMPARADOS

Luana Campos Professor

6.1 INTRODUÇÃO

A pandemia gerou diversos impactos sendo necessária a reflexão acerca da aplicação dos direitos humanos no período pós pandêmico pelo Estado através de políticas públicas dentro do Sistema de Proteção Social de acesso universal.

Dentro dessa transição paradigmática do período pós pandemia, observa-se graves efeitos em relação aos desamparados e a necessidade de atuação do advogado com o objetivo de que sejam cumpridos os Direitos Humanos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O advogado como portador do agir que emancipa a sociedade pós-pandêmica, já atua no processo de inclusão desses indivíduos, entendendo que são sujeitos de direitos que necessitam acessar as oportunidades de desenvolvimento social.

Dessa forma, faz-se necessário observar a decretação da pandemia de COVID-19 e a necessidade de distanciamento social sem a observância pelo Estado das medidas necessárias a implementar ou dar continuidade a sistemas universais, integrais e sustentáveis de proteção social pela ótica dos direitos humanos. Em seguida, torna-se indispensável a contribuição do pensamento boaventurano sobre o “vírus como pedagogo cruel” da transição paradigmática a organizar respostas sociais.

Logo, a análise propõe uma contribuição sobre o papel indispensável do advogado na conjuntura atual vivenciada pela sociedade. Atuar nesse cenário em esforço colaborativo para romper um estado de entendimento do que era normalidade traz ao advogado a responsabilidade de portador do agir que emancipa a sociedade pós-pandemia, reduzindo os impactos aos desamparados e atuando para que sejam cumpridos os Direitos Humanos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Por fim, o artigo traz a colaboração de compreender e fomentar o mister do advogado como autor vanguardista na diminuição das desigualdades sociais e discriminações ao

assistir os vulneráveis para efetivar os direitos sociais na ausência de assistência governamental.

6.2 DA DECRETAÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 E A NECESSIDADE DE DISTANCIAMENTO SOCIAL SEM A OBSERVÂNCIA PELO ESTADO DAS MEDIDAS NECESSÁRIAS A IMPLEMENTAR OU DAR CONTINUIDADE A SISTEMAS UNIVERSAIS, INTEGRAIS E SUSTENTÁVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL PELA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

A pandemia decretada a partir do surto do vírus COVID-19, confirmada pelo Organização Mundial da Saúde oficialmente em março de 2020, baliza o início do século XXI, imprimindo traumas na população, ao tempo que nos convoca à ação para construir um novo modelo civilizacional.

Na contramão de cumprir-se o objetivo de justiça social, o contexto atual pós-pandêmico aponta no sentido de que direitos em todos os sentidos são violados diariamente.

A reflexão crítica dos impactos da pandemia de Coronavírus (COVID-19) mostra que a mesma como fato tornou-se um marco histórico em todos os aspectos: sociais, econômicos, políticos, tecnológicos e de informação.

A doença de coronavírus-19 criou uma emergência de saúde pública e causou até este momento de atualização, 6,85 milhões de mortes no mundo, conforme dispõe o *Our World In Data*⁴⁰.

A partir de colaboração global, as novas estimativas da OMS são de que o número total de mortes associadas direta ou indiretamente à pandemia de COVID-19 (descrito como “excesso de mortalidade”⁴¹) entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 chegaria a aproximadamente 14,9 milhões (intervalo de 13,3 milhões a 16,6 milhões).

⁴⁰ Tradução livre: “Nosso mundo em dados”. Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer> Acesso em 07.02.2023

⁴¹ O EXCESSO DE MORTALIDADE É CALCULADO COMO A DIFERENÇA ENTRE O NÚMERO DE MORTES QUE OCORRERAM E O NÚMERO QUE SERIA ESPERADO NA AUSÊNCIA DA PANDEMIA COM BASE EM DADOS DE ANOS ANTERIORES, DE ACORDO COM A OMS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PAHO.ORG/PT/NOTICIAS/5-5-2022-EXCESSO-MORTALIDADE-ASSOCIADO-PANDEMIA-COVID-19-FOI-149-MILHOES-EM-2020-E-2021](https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021). ACESSO EM 05.01.2023

A fim de se preservar a saúde da população e evitar o agravamento da pandemia, houve a obrigatoriedade de se cumprir o distanciamento social e a adoção de diversas medidas que afetaram diretamente na saúde das pessoas mais vulneráveis (como idosos, pessoas com deficiência, incapazes, moradores de rua e pessoas com comorbidades), devendo ser consideradas as informações técnicas obtidas aqui com o fim de lançar-se na construção das medidas necessárias a implementar ou dar continuidade a sistemas universais, integrais e sustentáveis de proteção social visando um novo Estado de bem-estar:

À medida que a pandemia evoluiu, esforços de distanciamento social ou blindagem como prevenção primária foram instituídos para proteger o estado de saúde física da população vulnerável, sem consideração ou com pouca consideração pela saúde psicológica da população mais velha. O isolamento social e a solidão são preocupações de saúde pública de longa data entre os idosos, que parecem estar se agravando em meio à pandemia de COVID-19. Dado o risco preexistente de transtornos psiquiátricos no final da vida entre os indivíduos mais velhos, é fundamental determinar os desafios colocados pelo COVID-19 e os protocolos de distanciamento social associados no que se refere ao bem-estar psicossocial da população idosa. Essas informações são imperativas para projetar intervenções direcionadas para atender às necessidades não atendidas da população idosa.⁴²

As transformações e impactos da pandemia geraram e ainda geram muitas interfaces morais, jurídicas, emocionais, com dilaceração e sofrimento do sentido de vida, com um luto generalizado e medo coletivo social, o que necessita de muito cuidado.

De forma mais abrangente, esses cuidados referentes ao bem-estar psicossocial devem ser observados pelo Brasil, sob a ótica de uma Constituição Federal cidadã e garantidora de direitos humanos e sociais, junto a todos os indivíduos, mormente, os desamparados.

A proteção social é a linha de frente dos direitos humanos onde o Estado deve garantir através de políticas sociais e públicas as necessidades até então consideradas individuais.

Os direitos humanos são direitos universais, inalienáveis, indivisíveis, interdependentes, que buscam a igualdade, a não discriminação e com a devida obrigatoriedade de observância pelos Estados e outros detentores de deveres.

⁴² BATRA, K.; MORGAN, A. E. e SHARMA, M.. **COVID-19 and Social Isolation Endangering Psychological Health of Older Adults: Implications for Telepsychiatry**. Signa Vitae. 2020. doi:10.22514/sv.2020.16.0070 Disponível em: https://digitalscholarship.unlv.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1483&context=env_occ_health_fac_articles . Acesso em 02.01.2023.

De acordo com a cartilha da UNICEF⁴³, os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos e regem o modo como os seres humanos individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles.

De igual modo, os indivíduos também têm responsabilidades: usufruindo dos seus direitos humanos, possuem a obrigação de respeitar os direitos dos outros.

Mais, dentro dessa introdução do que se trata os direitos humanos, mister destacar que eles têm caráter imprescritível e não fazem discriminação.

Os direitos humanos conheceram uma era alta com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que veio a sustentar ideologicamente o trabalho da **ONU**. O Brasil na condição de signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhece os Direitos Humanos.

Diante disso, o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos humanos dispõe que:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

A partir do momento em que a discussão dos Direitos Humanos atinge âmbito global, o Brasil passa a ser pressionado externamente para a inserção de políticas públicas pautadas pelo Estado.

Com o processo de democratização, em 1985, o governo ratifica diversos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos, sendo a criação da Constituição Federal, em 1988, um marco deste processo.

Os direitos humanos estão inseridos no Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, garantindo a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sem que haja distinção de qualquer natureza.

Segundo o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

⁴³ UNICEF. **O que são direitos humanos? Os direitos humanos pertencem a todos e todas e a cada um de nós igualmente.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>. Acesso em 02.01.2023

Neste âmbito, para o Doutrinador Miguel Horvath, a seguridade social⁴⁴ é parte integrante da ciência política que, mediante a utilização de instrumentos próprios, atenderá as necessidades de saúde, assistência social e previdência social, buscando a defesa e a constante busca da paz e do progresso da sociedade por meio de bem-estar individual dos seus membros.

Ao mesmo passo, é importante mencionar que está inserido na agenda do Estado abrigando três políticas de proteção social, sendo elas: saúde, previdência e assistência social, que está elencado e assegurado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Cabe destacar que entre os direitos assegurados pela Constituição Federal, há também estabelecido no artigo 203 sobre a Assistência Social em que será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e que tem diversos objetivos, entre eles: a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência com a promoção de sua integração à vida comunitária e a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Acrescentando ao que acima dispõe, o doutrinador Miguel Horvath⁴⁵ complementa que a seguridade social, enquanto sistema, visa ao atingimento do bem-estar e da justiça sociais.

A concepção moderna de seguridade social é fruto da conjunção da opinião nacional e das ações dos organismos internacionais.

Tendo em vista as mudanças necessárias no contexto dos Direitos Humanos pós pandemia, há diversas discussões pela comunidade internacional, envolvendo desde as Américas, a Europa, África, Ásia e Oceania, em muitos congressos e reuniões sobre o futuro dos Direitos Humanos a passar por uma longa transição paradigmática para haver uma transformação civilizacional pós-capitalista, pós-colonialista e pós-patriarcal.

⁴⁴ HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito Previdenciário / Miguel Horvath Júnior. 13. Ed. São Paulo: Rideel, 2022. p. 98.

⁴⁵ HORVATH JÚNIOR, Miguel. Direito Previdenciário / Miguel Horvath Júnior. 13. Ed. São Paulo: Rideel, 2022. p. 99.

A partir da análise de que vivemos num Estado de ausência de políticas públicas, ou de ineficiência das políticas públicas, há, naturalmente, muitas divergências e muitas convergências.

De acordo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos⁴⁶, o diagnóstico do presente é crítico em relação à violação dos direitos humanos, posto que as desigualdades e discriminações sociais que já eram tão presentes nas sociedades contemporâneas, intensificaram-se ainda mais em um contexto pandêmico e persistem nesse período pós-pandêmico.

De acordo com o pensamento boaventurano, norteador dessa contribuição, o primeiro cenário é o negacionista: de pessoas que defendem que o coronavírus é uma pandemia sem uma gravidade especial, ou seja, que vai passar como outras pandemias passaram e tudo vai voltar a ser como era. Destaca esse cenário como grave, vez que se menospreza a gravidade da pandemia e as suas consequências, num estado de coisas de tudo como antes e pior, razão pela qual, para fins desse estudo não há a possibilidade de acolhimento com adesão.

Analisando o que dispõe o estudo do FMI⁴⁷, essa pandemia vai ter como resultado um aumento da crise econômica e, conseqüentemente, da crise social.

Em igual sentido, a pobreza e a pobreza extrema alcançaram em 2020 na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como uma piora dos índices de desigualdade na região e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres, devido à pandemia da COVID-19 e apesar das medidas de proteção social emergenciais que os países adotaram para freá-la.⁴⁸

Num segundo cenário, percebido predominantemente em países da União Europeia, pode ser identificado como um fenômeno chamado “*gattopardo*”, em referência ao título de um romance italiano de 1958, que retrata uma sociedade em decadência, na qual as elites que se vêem em decadência, enxergam que precisam fazer algumas mudanças, mas sem que nada seja alterado, visando minimizar a crise social, mas mantendo o padrão econômico e de consumo e o estilo de vida das pessoas.

⁴⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2021. p. 233

⁴⁷ FMI: O Fundo Monetário Internacional é uma organização internacional criada em 1944, na Conferência de Bretton Woods, com o objetivo inicial de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial.

⁴⁸ CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. 2020, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf. Acesso em: 02.01.2023

Já num terceiro cenário que é chamado de “alternativo”, a pandemia como mensageira e como própria mensagem representa algo significativo que vai condicionar o futuro das sociedades a nível global, transformando a economia, a sociedade, a política e a própria cultura, bem como, conseqüentemente, o futuro dos Direitos Humanos.

Este *kairós* da antiguidade grega tem algo que nos parece muito promissor para os próprios Direitos Humanos.

Não faz sentido pensar na proteção do indivíduo desprovido da ideia de relacionamento, de interação. Deve-se focar também na proteção das relações sociais à sua volta que tornam esse indivíduo completo.

Para o doutrinador Miguel Horvath, o papel da seguridade social é um sistema em que o Estado garante a “libertação da necessidade”, além disso dispõe que:

Sob a ótica do critério finalístico, por meio da seguridade social o Estado fica obrigado a garantir que nenhum de seus cidadãos fique sem ter satisfeitas suas necessidades sociais mínimas. Não se trata apenas da necessidade de o Estado fornecer prestações econômicas aos cidadãos, mas também do fornecimento de meios para que o indivíduo consiga suplantar as adversidades, quer seja prestando assistência social, quer seja por meio da prestação de assistência sanitária. Tudo isso independente da contribuição do beneficiário.

O direito à seguridade social é público subjetivo, irrenunciável, inalienável e intransmissível e trata-se de um direito especialmente protegido por meio de normas gerais de imprescritibilidade.

Portanto, quem vivencia a pobreza, portanto, os desamparados, vivencia a violação dos Direitos Humanos, acarretando na morte social⁴⁹ do sujeito de direitos.

Por este olhar, os Direitos Humanos devem ser construídos com base em políticas públicas que contribuam para o enfrentamento das condições de existência precárias e que permitam e viabilizem o acesso do cidadão aos direitos sociais. Assim, torna-se inviável pensar em direitos humanos sem a presença ativa do Estado.

Os limites da efetivação e da violação dos direitos humanos estão intrinsecamente relacionados à criminalização da questão social, que se dá pela relação entre o capital, que visa o lucro através da ação do trabalhador, e o trabalho, em que o trabalhador vende a sua força de trabalho. Desta relação, surgem as desigualdades sociais produzidas socialmente e

⁴⁹ A morte social possui suas origens naquilo que vem antes, naquilo que é produzido com antecedência, ou seja, a vulnerabilidade e o risco social. Em muitos casos, a morte social poderá ser uma consequência letal que poderá acabar levando à morte física. P. 23 As redes primária e secundária na construção da referência e do pertencimento social. Professor Francisco Arseli Kern

que se manifestam nas questões que envolvem saúde, educação, habitação, pobreza, fome e violência.

É possível elencar como essenciais alguns produtos e serviços óbvios, tais como alimentos, medicamentos, fornecimento de água, de energia elétrica e serviço de telecomunicação. Em outras palavras, produtos e serviços fundamentais para a sobrevivência digna de um ser humano.

Quando pensamos em Direitos Humanos hoje, precisamos pensá-lo a partir dos impactos desse contexto da pandemia.

6.3 VÍRUS COMO PEDAGOGO CRUEL DA TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA A ORGANIZAR RESPOSTAS SOCIAIS

É certo que o vírus destruiu vidas humanas, empregos, famílias, empresas, economias, produzindo uma grave crise social numa escala de emergência planetária, mas também trouxe uma solidariedade de tantos e sobrecarga de horas de trabalhos de outros tantos para dar assistência a quem precisava da saúde, bem como para manter a produção de bens essenciais à vida em uma convocação de todos à ação, rompendo um estado que entendíamos como normalidade.

Essa situação de crise que a população mundial tem enfrentado foi agravada pela pandemia, sendo certa que a crise financeira que antecede à pandemia já é patente desde a década de 80 em todo o mundo, fruto do neoliberalismo:

[...] a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação de salários. E assim, impede que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise. O objetivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objetivo deste objetivo? Basicamente são os dois os objetivos: **legitimar a escandalosa concentração de riqueza e impedir que sejam tomadas medida eficazes para evitar a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos [...]**⁵⁰. (grifos nossos)

A transparência de clareza solar permite enxergar (e continua nos impondo essa análise) de qual o futuro da civilização vivemos:

“Desde o século XVII, os três unicórnios são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São os modos de dominação principais. Para dominarem eficazmente

⁵⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2021. fls. 25.

têm de ser, eles próprios, desregulados, ferozes e incapazes de se dominar, como adverte Da Vinci.”⁵¹

O pensamento - ação boaventurano nos anima através da possibilidade de superarmos a desordem decorrente da destruição gerada pelo coronavírus, trazendo uma saída para o futuro do mundo ao nos incentivar a denunciar e lutar contra omissões de estados e governos de um mundo que se supunha civilizado.

O vírus torna-se esse pedagogo cruel a impulsionar a organizar respostas sociais progressivamente.

6.4 ATUAÇÃO DO ADVOGADO COMO AGENTE DE BEM-ESTAR SOCIAL NA CONCRETIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Considerando que são tempos desafiadores, inclusive de começo de um século de pandemia intermitente, é imprescindível para todos fazer o esforço de imaginação de novos paradigmas, assim como serão tempos de transição paradigmática.

Passada a fase mais aguda da pandemia há uma voracidade capitalista da indústria advocatícia a serviço das empresas multinacionais que vê oportunidades de negócios de alta lucratividade decorrente da suposta violação das expectativas dos investidores referentes aos contratos e acordos à luz das regras de comércio internacional para acusar os Estados nos Tribunais Arbitrais para a resolução de conflitos de investimentos.

Na contramão dessa corrida de insensibilidade social do capitalismo, cujas medidas adotadas por diversos Estados visavam proteger a vida das pessoas e o acesso à água limpa para lavar as mãos, por exemplo, há a preocupação da vida como prioridade em relação ao lucro dos credores dos Estados.

É dentro da visão de que remanesce uma pandemia intermitente, com agitações na sociedade, mormente em relação à saúde mental da população, que as intervenções estatais se fazem necessárias.

Contudo, os Estados foram incompetentes na gestão de crise sanitária e proteção da saúde da vida, com ordens ou omissões violadoras dos direitos humanos através do cinismo capitalista do “salve-se quem puder”, em detrimento do bem estar social.

⁵¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2021. fls. 29.

[...] Dentro do quadro teórico que tenho proposto, o agravamento da dominação capitalista implica o agravamento articulado dos três pilares da dominação no nosso tempo; capitalismo, colonialismo e patriarcado. O agravamento da exploração capitalista do trabalho dito livre trará consigo formas de desvalorização selvagem do trabalho particularmente dos corpos racializados e sexualizados. Aumentarão as populações descartáveis e, com isso, a rotinização do sacrifício da vida como solução final para as políticas de “proteção social”; proliferarão formas várias de legalização da escravatura; aumentará o racismo e a violência contra as mulheres e contra a diversidade sexual; as relações internacionais serão dominadas pela luta por zonas de influencia que garantam o acesso livre aos recursos naturais. A maximização grotesca da violência no capitalismo abissal terá como alvos preferidos tanto os corpos que já não interessa explorar, como os corpos que não se deixam explorar até à exaustão; ou seja, será a expropriação da vida como condição de acumulação de capital. [...]⁵²

Na ausência do Estado, de organizações e movimentos sociais, ou ainda de forma conjuntas com esses dois últimos, há a necessidade de atuação do advogado a fim exercer o seu mister na proteção da vida e da saúde.

Diante da conjuntura atual vivenciada pela sociedade, não seria diferente para o advogado, pois é cristalino a indispensabilidade deste profissional atuando neste cenário de esforço de paradigmas, visto que, este passa a condição de portador do agir que emancipa a sociedade pós-pandemia reduzindo os impactos aos desamparados.

Dessa forma, é necessário que, enquanto operadores do direito o papel do advogado deve ser voltado principalmente para atuar diretamente em prol da redução dos impactos ao acessar o judiciário para a assistência dos desamparados, além de construir os novos Direitos Humanos, assegurando que esses sejam de fato efetivados frente à situação vivenciada pela sociedade pós-pandêmica.

Essa ação precisa partir do exercício de imaginação como forma de se preparar para o encontro com a outra pessoa e o desencontro consigo mesma. Mas não é qualquer imaginação – é imaginar a outra com ternura⁵³ e complementa afirmando que sem o vívido, nossa imaginação se confunde com os poderes da vidência ou com as dores da alienação – talvez seja fé ou loucura. A imaginação sem o real se torna ficção⁵⁴.

O esforço do imaginar para ampliar o olhar/visão rompe os padrões existentes que entendemos como desamparados em relação aos direitos humanos violados, visto que, tal

⁵² SANTOS, Boaventura de Sousa. O futuro começa agora: da pandemia à utopia. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2021. p. 233-234

⁵³ Débora Diniz, p. 35

⁵⁴ Diniz, p. 36

esforço rompe com os padrões existentes antes da pandemia do que entendemos como desamparados em relação aos Direitos Humanos violados. Dessa forma, considerando que serão tempos desafiadores, é imprescindível para todos que haja o esforço de imaginação de novos paradigmas, assim como serão tempos de transição paradigmática.

6.5 CONCLUSÃO

Cada pessoa e todos os povos têm direito à participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento civil, político, econômico, social e cultural, por meio do qual os direitos humanos e as liberdades fundamentais podem ser realizados. Têm também direito a contribuir para esse desenvolvimento e a desfrutar do mesmo.

Traça-se um paralelo entre o surgimento da AIDS, na década de 80, e a COVID-19, a partir do ponto em que ambos são um fenômeno social que afeta o direito à vida.

A partir do pressuposto que todo humano se constitui como um ser social de relações múltiplas, uma vez que nós construímos na interação social, a representação do sofrimento passa a ser um elemento constituinte da nossa condição humana. Numa perspectiva social, o sofrimento resulta da violação de Direitos Humanos, como falta de acesso à saúde, habitação, trabalho, alimento, abrigo, entre outros.

Os direitos humanos não são abstratos, eles precisam ser construídos com base em políticas públicas e sociais que permitam e viabilizem o acesso do cidadão a esses direitos.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alertou que a pandemia de COVID-19⁵⁵ exacerbou os fatores de risco associados a comportamentos suicidas como perda de emprego ou econômica, trauma ou abuso, transtornos mentais e barreiras ao acesso à saúde e pediu pela priorização da prevenção ao suicídio.

A orientação recente do LIVE LIFE⁵⁶, da OMS, na A Biblioteca da OMS é a principal biblioteca mundial sobre saúde pública, tem o objetivo de apoiar os esforços nacionais e ajudar o mundo a alcançar a meta de reduzir a taxa global de suicídio em um terço até 2030.

As principais medidas comprovadas de prevenção ao suicídio incluem limitar o acesso a meios (como pesticidas e armas de fogo), identificação precoce, avaliação, manejo e acompanhamento de pessoas afetadas por pensamentos e comportamentos suicidas,

⁵⁵ WORD HEALTH ORGANIZATION. Disponível em: <https://search.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/>. Acesso em: 03.01.2023

⁵⁶ LIVE LIFE: Na implementation guide for suicide prevention in countries. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026629>. Acesso em: 06.01.2023

promoção de habilidades socioemocionais de adolescentes e educação da mídia no relato responsável sobre suicídio.

A pandemia de COVID-19 e seus efeitos psicossociais resultantes causaram um impacto substancial na saúde mental, desde o aumento da depressão e ansiedade até a insônia e o transtorno por uso de substâncias. Todos eles estão associados ao aumento das taxas de suicídio ([Lai et al., 2020](#)). Enquanto estudiosos e profissionais de saúde pública revisam as consequências epidemiológicas da última pandemia global, o suicídio continua sendo um indicador crítico da saúde pública.⁵⁷

Políticas públicas que garantam e deem assistências às pessoas que estão em depressão, em risco de suicídio, por exemplo, violando o próprio direito à vida pela ausência de políticas públicas do Estado.

A morte social pode ser entendida como o sentimento de morte que antecede a morte física, advinda da privação de direitos básicos, e se expressa pela invisibilidade social, em que as pessoas vítimas de desigualdade não são amparadas pelo cuidado coletivo, caracterizando a perda do direito à vida e à igualdade. Somente na medida em que se adquire o acesso às condições básicas de existência em sua plenitude é que a morte social pode ser superada.

A pessoa invisível vivencia a falta de direitos sociais e, portanto, não possui direito à vida em toda a sua plenitude, operando-se a morte social.

Dentro desse contexto, necessária a reflexão acerca da aplicação dos direitos humanos no período pós pandêmico pelo Estado através de políticas públicas dentro do Sistema de Proteção Social de acesso universal.

Sob esse prisma, constata-se que a discussão sobre a aplicação dos direitos humanos é a partir da análise do sistema global de proteção dos direitos humanos.

Essas informações são imperativas para projetar intervenções direcionadas para atender às necessidades não atendidas da população vulnerável que só acessará os direitos humanos através da política da assistência social (dentro da Seguridade Social), seja pela via administrativa ou pela judicial, quando frustrada a primeira.

Portanto, o que existirá depois da pandemia são tempos de imaginação de novos paradigmas e de transição paradigmática com o objetivo de dar valor à vida nesse sentido

⁵⁷ Mukhtar F, Candilis P. Pandemics and Suicide Risk: Lessons From COVID and Its Predecessors. *J Nerv Ment Dis.* 2022 Oct 1;210(10):799-807. doi: 10.1097/NMD.0000000000001536. PMID: 36179374; PMCID: PMC9555599.

amplo nos tempos desafiantes de desigualdade social marcados pelas sequelas traumáticas da pandemia.

Identificar as necessidades de saúde e emocionais da população vulnerável no pós-pandemia de COVID-19 no contexto da saúde psicológica e do capital social, amplia e aprofunda o debate sobre Direitos Humanos como importante mote de formulação de políticas expressando um conjunto de reivindicações para a vida social e política, com o reposicionamento dos valores guias da vida social.

Dentro do debate nacional, é imprescindível o financiamento do Estado como grande responsável para fins de garantir o acesso a quem dela precisar, independentemente de contribuição, com o fim de cumprir o papel previsto no art. 203 da Constituição Federal do Brasil, respeitados os limites impostos ao Estado para efetivação dos direitos.

Destaque-se, por fim, quem os vulneráveis são os sujeitos alvos que merecem essa proteção quando traz de forma cristalina os objetivos da assistência social, consoante os incisos do mesmo art. 203 da Carta Magna:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Não podemos continuar com a mesma ineficácia e com a mesma seletividade que tivemos até hoje com os Direitos Humanos.

É preciso coragem também para avançar rumo a novos pactos sociais e fiscais para uma sociedade do cuidado que permita garantir uma recuperação igualitária e sustentável de todos os povos e a proteção social universal como pilar central do Estado de bem-estar.

É preciso, de início, avançar rumo a uma renda básica universal, priorizando as famílias com crianças e adolescentes, e apostar em sistemas universais, integrais e sustentáveis de proteção social, ampliando sua cobertura, como componente central de um novo Estado de bem-estar.

Muito já se avançou para a concretização do acesso ao bem estar social, mas se faz necessário concentrar esforços para que se possa atingir o objetivo da qualidade e não a seletividade que tivemos até hoje com os Direitos Humanos.

O estudo para este artigo não focou na análise de políticas públicas específicas, mas possui a intenção de fomentar e auxiliar na construção do conhecimento e na efetivação sempre mais ampla dos direitos humanos.

Não é demais destacar que a existência de desconhecidos desafios exigem a necessidade de escrever com o mundo para combater a hostilidade ou ausência do Estado em relação aos que estão em situação de vulnerabilidade social das trajetórias da vida, possuindo o advogado o poder-dever de ser ator vanguardista nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Código de ética e disciplina da OAB de 02 de fevereiro de 1995**. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Diário Judicial Eletrônico: Seção https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, Brasília, 01 de março de 1995, p. 4.000/4004.

BATRA, K.; MORGAN, A. E.; SHARMA, M. (2020). **COVID-19 and Social Isolation Endangering Psychological Health of Older Adults: Implications for Telepsychiatry. Journal of Anaesthesia, Intensive Care and Emergency Medicine 1-6**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22514/sv.2020.16.0070> Acesso em: 02.01.2023

CEPAL. **Panorama Social da América Latina 2020**, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf. Acesso em: 02.01.2023

DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

LIVE LIFE: Na implementation guide for suicide prevention in countries. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026629>. Acesso em: 06.01.2023

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Acesso em: 02.01.2023

WORD HEALTH ORGANIZATION. Disponível em: <https://search.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/> Acesso em: 03.01.2023

¹Mukhtar F, Candilis P. Pandemics and Suicide Risk: Lessons From COVID and Its Predecessors. J Nerv Ment Dis. 2022 Oct 1;210(10):799-807. doi: 10.1097/NMD.0000000000001536. PMID: 36179374; PMCID: PMC9555599.

A Justiça Social e a agenda 2030: Políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas, anna paula bagetti zeifert¹ daniel rubens cenci² alex manchini, revista direitos sociais e políticas públicas (unifafibe) disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/indexissn2318-5732-vol.8,n.2,2020.

MUKHTAR F, Candilis P. Pandemics and Suicide Risk: Lessons From COVID and Its Predecessors. J Nerv Ment Dis. 2022 Oct 1;210(10):799-807. doi: 10.1097/NMD.0000000000001536. PMID: 36179374; PMCID: PMC9555599.